

Arquivo Distrital de Vila Real – Os investigadores e a organização dos arquivos locais

Manuel Silva GONÇALVES *

Não se chega a Vila Real sem pensar em Miguel Torga e no seu “Reino Maravilhoso” “que fica no alto de Portugal como os ninhos ficam no alto das árvores para que a distância os torne mais impossíveis e apetecidos”¹.

E, se cumpro com júbilo o dever de saudar V.as Ex.as na qualidade de Director do Arquivo Distrital, não poderei igualmente deixar de agradecer o privilégio de receber o *II Congresso Internacional do Barroco* nesta Casa dos Botelhos e Bacelares, também designada de Carreira de S. Francisco, e neste auditório Camilo Castelo Branco, santuário da memória colectiva dos Transmontanos.

Congresso que, estou certo, contribuirá para o conhecimento e divulgação da realidade cultural e artística da nossa cidade.

À Coordenadora científica do Congresso, Professora Doutora Natália Ferreira-Alves, os meus parabéns por esta importante realização cuja preocupação de descentralização possibilitou também a sua realização em Vila Real e pelo êxito que a mesma representa junto dos historiadores de arte, dos investigadores e de todos quantos se preocupam com a defesa do Património cultural e artístico da Nação.

A presente iniciativa, pelas suas características enquadra-se perfeitamente nos grandes objectivos e preocupações deste Arquivo, que procuramos desenvolver com rigor e profissionalismo e o apoio de outras instituições locais e regionais, isto é, um espaço aberto e plural, de diálogo e reflexão para todos quantos, de forma consciente, assumem as vertentes patrimonial e cultural como imprescindíveis na formação e educação das populações, na preservação das identidades culturais, em suma, na construção da História de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Consideramos os Arquivos como um dos sectores fundamentais da política cultural do País, dada a importância de base informativa que os mesmos

* *Arquivo Distrital de Vila Real.*

¹ TORGA, Miguel — Um Reino Maravilhoso (Trás-os-Montes). In *Portugal*. 5.ª ed. Ver. Coimbra: ed. do autor. 1986. P. 27.

encerram, virada para o passado é verdade, mas um passado vivo, indispensável, que nos ajuda a compreender o presente e a perspectivar o futuro.

Daí a necessidade cada vez mais urgente de um sistema de informação que integre todos os arquivos e cuja gestão nacional permita a uniformização e racionalização de procedimentos e responda de forma pronta e eficaz aos utilizadores do sistema, através das novas tecnologias, já indispensáveis ao nosso viver colectivo.

Será este o melhor e mais significativo apoio que o Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo poderá dar aos Arquivos Regionais Públicos e Privados, gerindo uma informação da maior importância para o cidadão.

Pela nossa parte, conscientes desta necessidade, procuramos por todos os meios ao nosso alcance a valorização dos Arquivos da Região, de modo que se tornem nos testemunhos de um passado vivo e actuante contribuindo assim, para a definição e renovação do sentimento de identidade, fornecendo a informação para um conhecimento objectivo e aprofundado das estruturas sociais, económicas e culturais da Região.

Tem sido esta a nossa postura desde a primeira hora que servimos no Arquivo Distrital de Vila Real, instituição que ajudámos a criar, há mais de vinte anos, desenvolvendo-se uma relação e cooperação, que considero exemplar do Arquivo e seus funcionários, com Historiadores e Investigadores, com as Escolas, as Universidades, com as Instituições Públicas e Privadas, com o público em geral.

Esta abertura de espírito, de diálogo, a colaboração entre Instituições, entre arquivistas e historiadores tem-se revelado frutuosa e do maior interesse, ajudando a criar a imagem de marca do nosso Arquivo um lugar onde apetece ir, onde sabe bem estar.

Recordo que foi esta relação, esta vontade de cooperar e analisar problemas comuns que permitiu, em 1975, o arranque do próprio Arquivo, apesar de uma administração central ausente, pouco receptiva, sem estrutura de coordenação e por isso, na total ausência de uma verdadeira política arquivística.

O Governo Civil de Vila Real, na época, preocupado com o caos existente na área dos Arquivos e consciente da sua importância, criou as condições que permitiram dar início aos trabalhos, de levantamento, de recolha e tratamento técnico dos Arquivos do Distrito. Fazendo parte da equipa constituída para o efeito, juntamente com os Professores Natália e Jaime Ferreira-Alves, foram produzidos os primeiros inventários e dados os primeiros passos para o funcionamento do Arquivo.

Posteriormente, havia de recair na minha pessoa a escolha, para assumir a responsabilidade do Arquivo, sancionada pela Assembleia Distrital de Vila Real, sendo nomeado, em 1983, o primeiro Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real.

No desempenho destas funções e de acordo com o decreto-lei n.º 149/83 de 5 de Abril que regulamenta o funcionamento dos Arquivos Distritais, para além dos grandes objectivos de recolha, conservação, tratamento técnico e

divulgação dos acervos documentais, tive como principal preocupação o apoio aos historiadores e investigadores que procuravam o Arquivo, solicitando e recebendo deles ajuda e colaboração preciosa.

Em boa verdade, parte do êxito técnico e editorial do Arquivo que não se reduz aos guias e inventários já publicados, deve-se a muitos investigadores e homens de cultura que conosco têm colaborado sempre de forma graciosa para bem dos Transmontanos e dos Durienses.

Entre eles, gostaria de salientar o exemplo dos Professores Ferreira-Alves, os mais dedicados ao Arquivo Distrital, pelos relevantes serviços que nos têm prestado, merecem a minha gratidão, o meu profundo respeito e reconhecimento.

Entre essas publicações que integram a experiência editorial do Arquivo permitam-me que destaque: a obra “Memórias de Vila Real”, contributo inestimável para a História de Vila Real, dirigida pelo Prof. Doutor Fernando de Sousa. A série Monográfica “Memórias do Tempo” orientada para a divulgação do Património Cultural da Região, em que foram publicados cinco números dos quais destaco o “Tratado de Confisson”, do Prof. Doutor José Marques; “A Torre de Quintela” do saudoso Padre Plácido; “O Santuário de Perafita” da Prof. Doutora Natália Ferreira-Alves.

A Revista de Cultura Estudos Transmontanos que nasceu em 1983 e como o seu nome indica está aberta aos estudos cuja temática respeite a Trás-os-Montes e Alto Douro, estudos de investigação e de apresentação de fontes que dêem a conhecer o seu passado, mas também trabalhos, relatórios e projectos que tenham em consideração a realidade cultural, social e económica do presente. Publicámos já nove volumes, e hoje temos o maior prazer de apresentar a este congresso o n.º 9, num total de cerca de 3000 páginas, que reflectem o labor de investigadores e homens de cultura oriundos de várias instituições e áreas de conhecimento. Foram eles, com o seu trabalho que tornaram os Estudos Transmontanos uma publicação digna de crédito e credível nos centros de saber e de investigação do País.

Mas, não é apenas na área editorial que tem sido muito útil este bom relacionamento, a ligação afectiva de muitos investigadores ao Arquivo. Torna-se igualmente importante no plano da animação cultural e da realização técnica arquivista. A sua ajuda, os seus conselhos e informações possibilitaram a recolha e salvaguarda de muitas fontes documentais, que de outra forma inevitavelmente se teriam perdido.

Refiro, apenas, como exemplo, o caso dos fundos paroquiais do Distrito. Encontravam-se dispersos não apenas pelas conservatórias do registo civil, pelos párocos, mas também em poder de muitos particulares.

Tem sido a informação de muitos investigadores que se dedicam aos Estudos Genealógicos que nos têm permitido recolher numerosos volumes e salvaguardar tão importantes fontes para o futuro.

Ao realçar o importante contributo que os investigadores têm dado a muitas das nossas realizações, importa referir igualmente a evolução legislativa que decisivamente veio clarificar as atribuições e competências.

Em 1983 o decreto-lei n.º 149 de 5 de Abril não ultrapassou as dificuldades de coordenação e definição de uma política arquivística a nível nacional. Apesar de reforçar o poder dos Arquivos Distritais a quem eram cometidos a *‘função de centro coordenador de todos os arquivos da zona: os estaduais, os concelhios, os de demais instituições, e até se possível, os particulares’*, não eram disponibilizados os meios para a sua concretização.

Não apenas os meios materiais, humanos e financeiros indispensáveis à consecução de qualquer projecto, mas essencialmente a falta de coordenação técnica e apoio legislativo. Apesar de tudo, o Arquivo Distrital de Vila Real desenvolveu importantes realizações arquivísticas e culturais e viu criadas as condições para que pudesse usufruir, num futuro próximo, de instalações condições e definitivas, as actuais em que nos encontramos.

Entretanto, o estado preocupante dos Arquivos Portugueses e do Património Arquivístico Nacional justificou que o Governo decretasse a criação do I.P.A. (Instituto Português de Arquivos), como *“organismo especializado, dotado dos meios necessários para orientar superiormente a política a seguir na preservação, selecção, ordenação e valorização do património arquivístico nacional...”*

Incumbe-lhe a importante tarefa de criar as condições indispensáveis para que o património arquivístico da Nação não só não seja destruído mas também possa ser utilizado eficazmente, servindo assim de suporte a um dos mais importantes sectores da cultura nacional, aquele que melhor exprime a identidade do país “e também com o objectivo de planear e estabelecer um sistema nacional de arquivos visando a coordenação e a execução de uma política arquivística integrada”.

O período de existência do I.P.A. cuja extinção vai ocorrer quatro anos mais tarde, vai caracterizar-se por um grande vigor e dinamismo passando a existir no país, pela primeira vez, uma verdadeira política arquivística e uma coordenação efectiva e eficaz dos Arquivos Distritais, uma orientação técnica e científica verdadeiramente profissional que veio dignificar os Arquivos e valorizar a sua função.

No plano das instalações surgem projectos novos e passa a existir uma estratégia de construção de edifícios a nível nacional para dotar os Arquivos Distritais de condições de dignidade.

O Arquivo Distrital de Vila Real é o primeiro edifício a ser inaugurado em 19 de Dezembro de 1988, alterando radicalmente as condições de funcionamento, com destaque para as óptimas condições de utilização dos seus utentes.

Em 1993, o decreto-lei n.º 16/93 de 23 de Janeiro procede pela primeira vez à definição da política arquivística e constitui a *“pedra basilar de uma política arquivística nacional coordenada”*. Considera os Arquivos Nacionais Torre do Tombo o órgão de gestão nacional dos arquivos, cabendo-lhe a execução da política arquivística nacional, nos termos definidos pela lei.

Mais tarde, o decreto-lei n.º 60/97 aprova a orgânica do Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo e define as suas atribuições e competências.

Indica que cabe aos Arquivos dependentes: *assegurar as incorporações dos núcleos arquivísticos definidos para os arquivos distritais; proceder ao tratamento arquivístico da documentação e elaborar os respectivos instrumentos de descrição*

documental; Promover todas as diligências junto das câmaras municipais e outras entidades públicas ou privadas na posse de fundos documentais de valor cultural para que estes sejam convenientemente conservados e tratados arquivisticamente, segundo regras uniformes de organização e descrição.

A produção legal, que acabámos de expor, teve por objectivo ajudar-nos a compreender melhor a problemática e funcionamento dos Arquivos, avanços e recuos, bem como, a possibilidade de intervenção dos Arquivos Distritais.

É neste contexto que o Arquivo Distrital de Vila Real dá pleno cumprimento às competências que lhe são atribuídas no âmbito dos Arquivos Públicos, inventariando e publicando os instrumentos de informação indispensáveis: Guias, Inventários, catálogos, etc.

Em relação aos Arquivos Privados, de inegável valor cultural, temos promovido todas as diligências junto dos seus proprietários para que, se consciencializem da necessidade imperiosa de conservação e tratamento arquivístico dos seus espólios, segundo regras uniformes de organização e descrição, fornecendo-lhes a respectiva orientação e apoio técnico.

Tem sido esta a actuação do Arquivo Distrital de Vila Real em variados casos, merecendo principal destaque pelos resultados conseguidos a intervenção bem sucedida no Arquivo do Paço de Cidadelhe, no concelho de Mesão Frio, propriedade da família Carvalhais de Vasconcelos Pimentel, só possível graças à dedicação e entusiasmo dos profissionais do Arquivo.

Perante o inegável valor histórico-cultural deste acervo, formulámos um plano de actuação com o objectivo de criar as condições mínimas de segurança e preservação, bem como possibilitar a acessibilidade da documentação, que passava pelo seu tratamento técnico e inventariação.

A intervenção do Arquivo Distrital deu-se por concluída com a publicação deste Arquivo de Família, que para o efeito contou com o apoio da Câmara Municipal de Mesão Frio. Um exemplo a seguir em situações futuras, em que importa realçar a componente afectiva, as relações de confiança e colaboração que foi possível estabelecer entre a Família e o Arquivo Distrital.

Para além desta gratificante experiência, ajudámos a salvaguardar outros arquivos pessoais que ajudámos a salvaguardar, impedindo a sua venda para fora do País, nomeadamente, o espólio Documental dos Condes de Amarante, que integra o Arquivo dos Silveiras Pinto da Fonseca (Condes de Amarante e Marquês de Chaves).

Recentemente, participámos no trabalho de organização e inventariação deste espólio documental, encontrando-se criadas as condições para a sua publicação.

Outro caso semelhante ocorreu em 1985, com o espólio documental do Dr. Nuno Simões, Governador Civil de Vila Real (1915-17), Deputado pelo Círculo de Vila Real (1921) e Ministro do Comércio e Comunicações (1921 a 25).

Conseguimos do Instituto Português do Património Cultural os recursos financeiros necessários para a sua compra em favor do Arquivo Distrital, documentação diversificada, com predomínio de correspondência, que se encontra em fase final de inventariação.

Mais recentemente, iniciámos com a autorização da família Cunha Pimentel o tratamento técnico do seu Arquivo Pessoal, instalado na Casa de Provezende, onde têm decorrido os importantes encontros da Casa da Calçada.

No decorrer do presente ano, faremos a publicação deste Arquivo que possibilitará a sua acessibilidade aos investigadores.

Os exemplos de Arquivos privados, de família e espólios, que acabámos de referir são alguns, de entre outros, que conhecemos, com o devido tratamento técnico, conservados e preservados, cuja divulgação através de instrumentos de descrição permitem o cumprimento da sua nobre missão de importantes fontes do Património e da Cultura Nacional.

A situação descrita, porém, é uma excepção no verdadeiro caos que impera em muitos Arquivos Públicos e Privados, incluindo os da Igreja, tomando-se urgente implementar as medidas necessárias especialmente com a Conferência Episcopal e Diocese de Vila Real com vista à inventariação dos seus bens patrimoniais e abertura dos Arquivos (paroquiais e diocesanos) aos investigadores.

O recenseamento dos arquivos locais do distrito já publicado e que contempla, apenas, os Arquivos Municipais e das Misericórdias deixou-nos alarmados com o estado deplorável em que a maioria deles se encontra. Apesar de tudo, conseguimos intervir nas Misericórdias do Distrito, inventariando e publicando os seus Arquivos. Idêntica intervenção foi efectuada nos Arquivos das Câmaras de Vila Real e Alijó.

Para alterar toda esta situação de abandono e incúria de grande parte dos Arquivos do Distrito, que diariamente conduzem à destruição e perda irreparável da memória colectiva dos Transmontanos importa unir esforços, congregando todas as boas vontades de instituições públicas e privadas, de investigadores, arquivistas e público em geral para a concretização de um Programa de Recuperação e Salvaguarda do Património Arquivístico.

Programa que, de forma sistemática, concretize, para além da necessária avaliação documental, acções de recolha, inventariação, informatização, preservação e divulgação das massas documentais acumuladas e dispersas pela região, permitindo atingir um dos principais objectivos, a publicação do Roteiro de Fontes para a História de Trás-os-Montes e Alto Douro.

A criação de uma rede pública de arquivos, devidamente informatizada, que contribua de forma decisiva para a indispensável descentralização e democratização do acesso aos documentos, contribuindo para uma concepção de arquivos abertos e transparentes, património comum de todos os cidadãos e usufruídos por todos.

“O exercício cada vez mais generalizado, do direito à informação andarà com certeza a par de uma crescente consciencialização e intervenção cívicas, mediante leituras diversas e plurais sobre a sociedade e a História”².

² FREIRE, João Brito — Os sensíveis Arquivos da Torre do Tombo. *Rev História*. Lisboa. N.º 7 (1995) 24-43.